

Presentes:

Membros do Conselho:

Judite Bartzike – ACAFAN; Xaira Regina David – APMI; Célio da Silva Correa – ASSOCIAÇÃO DE PASTORES; Tammy Rafaelle Kochanny – ASP; Mauricio Barcellos Delgelmann – INSTITUTO GT3; Maria Teresa Gomes Oliveira Ribas – CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS; Waldir Luiz Rech – ASFRUCI; Ivori Aldomar Weide Fernandes – UNICAFES PARANÁ; Roseli Pittner – CONSAD; Neide dos Santos Bonfim de Souza – APAE DE IBIPORÃ; Marilze Brandão de Assis – ARAS/CARITAS; Marcio Luis Pedrero Vega – CASE; Maria Arlete Ferreira da Silva – Quilombo Paiol de Telha; Cacilda Dorneles Guimarães – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO BAIRRO NOVA MARÍLIA; Maria Isabel Correa – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES ; Carlinhos Luiz Fornani – PROORTO; Sibila Broetto Duque – APAE; Clemente Scistowski – AMBRA; Jaqueline Gomides – CEASA.

Outros Participantes:

Roselene Sonda – MPPR/CAOPJDH ; Antônio Carlos Lopes Ferreira – SEAB/NR. PARANAGUÁ; Rafael Cavalli Mioglan – CONSEA MUNICÍPIO ALTO PARANÁ; Ana Mirian Araujo Kriek – EMATER; Marcia Cristina Stolarski – DESAN/SEAB.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

- Abertura, aprovação da Pauta, Aprovação da Ata do Mês de novembro de 2018
- Avaliação do momento – Márcia Stolarski
- Apresentação da estrutura das conferências de SAN 2019 e nova estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual - Valdenir Veloso Neto
- Apresentação do Projeto de Redução das Perdas e Desperdício de Alimentos – PDA
- Reprovação Prestação de Contas Convênios DESAN
- Avaliação das mobilizações PR e Brasil sobre o Consea Nacional e Medida provisória nº 870
- Apresentação da startup Favo
- Informes da Unesp com professor José Bacarin
- Câmaras temáticas – CONSEA:
 - Elaboração de documentos para parlamentares
 - Apoio ao Consea Nacional
 - Apoio a Criação da Frente Parlamentar de SAN
- Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional - Elaboração de documentos: Regimento; Regulamento; Decretos; Orientativos e outros.
- Plenária final

Memória: dando início à reunião a presidente Roseli Pittner dá boas vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião, bem como da ata da plenária do mês de novembro de 2018. Na sequência, os demais conselheiros se apresentam e fazem um breve relato dos trabalhos desenvolvidos nas respectivas Coresan's, posteriormente, os convidados presentes fazem uma saudação, mencionando a instituição que representam. A Diretora do DESAN/SEAB Marcia Stolarki realiza uma apresentação formal aos presentes, destacando as ações e projetos atualmente desenvolvidos pelo Departamento. A Diretora destaca ainda sobre a preocupação alarmante de uma possibilidade de retrocesso nas políticas de SAN, enaltecendo que governo e sociedade civil devem estar unidos pelo interesse comum, visando o fortalecimento do CONSEA para se continuar com os avanços na política de segurança alimentar. Outro ponto abordado foi a adesão dos municípios ao SISAN, sendo que algumas regionais já houve a adesão de todos os municípios, enquanto outras, a adesão está num percentual muito baixo. Nesse momento, os conselheiros manifestaram a importância de acompanhamento desse processo de adesão e de monitoramento dos planos municipais de SAN. Para finalizar, a Diretora Marcia apresenta o Projeto de Redução das Perdas e Desperdício de Alimentos – PDA, o qual foi pactuado junto ao Ministério da Cidadania e que tem por meta reduzir o desperdício de alimentos até 2030 nos níveis de varejo e de consumo, salienta ainda que o edital para participar do programa foi aberto somente para os estados da região Sul e que o Paraná desenvolverá ações durante o ano de 2019 e 2020, por isso a importância da participação dos Conselheiros do Consea/Pr no monitoramento das ações que serão realizadas. No momento seguinte, o Secretário Executivo do Consea, Valdenir Veloso, apresenta a estrutura planejada para as Conferências de SAN 2019, destacando o número de participantes estabelecidos para as etapas regionais e estadual das citadas conferências. O secretário enaltece ainda que houve uma ampliação no número de vagas, quando comparado com as Conferências de 2015. Nesse momento, a Presidente do Consea enaltece que neste ano a discussão será mais aprofundada, tendo em vista que em 2015 as Conferências foram realizadas de forma conjunta com as de ATER. Dando sequência, o secretário Valdenir apresenta a nova estrutura administrativa do Governo do Estado, destacando a consequente reestruturação no número de assentos no Consea, uma vez que o Governo do Estado terá 12 (doze) órgãos governamentais que comporão o conselho, já a sociedade civil, terá direito a 24 (vinte e quatro) assentos. Solicitando um aparte, as Conselheiras Maria Isabel e Maria Teresa, bem como o Conselheiro Maurício, questionam a forma como foi decidida essa nova composição, a qual pode ter sido um tanto arbitrária e tomada de forma verticalizada. O secretário Valdenir clarifica que essa é uma decisão que compete ao Governo do Estado, ou seja, definir o número de órgãos que comporão o referido Conselho. Além disso, o secretário esclarece que a reforma administrativa do Estado reduziu a máquina pública estadual para apenas 15 secretarias, assim sendo a composição do Consea e da Caisan terão que revistas para atender a normativa do novo governo, além da redução de 20% das despesas em cada órgão público. As Conselheiras Maria Isabel e Maria Teresa, reiteram a necessidade de que seja elaborado um documento pelo Consea Estadual abordando essa questão da nova composição governamental, com definições claras dos participantes de cada secretaria, os quais devem ter envolvimento com a política de SAN, participando ativamente das plenárias do Consea e que a Caisan esteja em pleno funcionamento. Ao ser questionada sobre sugestões de áreas de atuação dos conselheiros governamentais, a Conselheira Maria Teresa apresenta três sugestões para a representação mencionando e justificando cada uma das situações indicadas, a saber: 1- o retorno da Universidade Federal do Paraná, pelo seu histórico de mobilização pela SAN, formação profissional, pesquisa e extensão no território paranaense; 2- a representação ampliada, não somente da área de alimentação da SEED, mas também incluindo a representação de coordenação pedagógica desta

secretaria, em virtude da primeira proposta prioritária da IV CESAN Paraná se referir à necessidade de inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos currículos escolares e, 3- a representação ampliada na área da saúde, também incluindo, além da representação tradicional da Vigilância Sanitária, a inclusão da área de promoção de Saúde da SESA, justificada em função da necessidade de fortalecimento e monitoramento das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição serem extremamente consoantes à promoção da SAN, especialmente no enfrentamento dos alarmantes indicadores de obesidade precoce (infância e adolescência), fome e deficiências nutricionais. O secretário Valdenir ratifica que todas as deliberações e recomendações do Consea serão encaminhadas para o Secretário Norberto Ortigara, que preside a Caisan/Pr. Dando sequência, a Diretora do Desan, Marcia Stolarski, menciona que dois Convênios junto ao então MDS encontram-se com problemas nas prestações de contas, sendo que o Convênio nº 057/2012 foi reprovado em sua integralidade e o Convênio nº 038/2017 encontra-se sob judice, com solicitação de devolução dos recursos. A presidente Roseli esclarece que ambos os convênios visavam ações relacionadas ao SISAN e ao funcionamento do Consea/Pr. O secretário Valdenir informa que o Ministério questiona a utilização dos recursos e que não foi encontrado produto tangível nas reuniões realizadas pelo Consea/Pr. A Conselheira Maria Teresa refuta os argumentos do Ministério, clarificando que o produto do Consea são as deliberações elaboradas e aprovadas, bem como os demais documentos produzidos pelas Câmaras Temáticas. A Conselheira também argumenta que nas atas encaminhadas ao Ministério, talvez pela forma como estão estruturadas, não facilitam a identificação dos produtos realmente produzidos pelo Consea/Pr. Por sua vez, a conselheira Maria Isabel destaca o papel desempenhado pelas Câmaras Temáticas, as quais produzem documentos e orientações de suma importância para política de SAN no Paraná e no Brasil. A Diretora Marcia esclarece que o Departamento passou os meses de janeiro a março produzindo relatórios e providenciando a juntada de documentos que comprovam o cumprimento das metas e etapas previstas em ambos os Convênios e que espera um retorno positivo do Governo Federal. Na sequência dos trabalhos, a Presidente Roseli destacou os impactos sociais impostos pela Medida Provisória 870/2019, a qual também extinguiu o Consea. A Presidente informou que tal medida foi tema de uma série de audiências públicas realizadas por todo o Brasil, sendo que no Paraná aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado um “banquetaço” em defesa do Consea. Os Conselheiros que participaram do citado “banquetaço”, destacaram a importância desse movimento por todo o Brasil, demonstrando a importância do Consea enquanto um espaço de participação da sociedade civil na formulação e avaliação de políticas públicas na área de SAN, bem como o referido Conselho estabeleceu um conceito de segurança alimentar que incorpora propostas, vivências e sabedorias dos diferentes setores da sociedade, estabelecendo uma importante união da produção de alimentos e do direito humano à alimentação adequada. A Presidente Roseli enalteceu a importância desses movimentos e da participação da sociedade nesse processo, pois o Congresso Nacional está analisando a extinção do Consea e a pressão da sociedade civil organizada pode reverter o atual quadro de retrocessos nas políticas de SAN. Na sequência dos trabalhos, o Conselheiro Mauricio apresenta o trabalho realizado pelo senhor Marcelo, diretor executivo da Favo, o qual, em seguida, explanou sobre o papel da startup, que visa, principalmente, unir tecnologia e a vida no campo. A Favo é uma empresa que desenvolve maquinário e tecnologia para a agricultura de pequeno e médio porte, tendo como foco principal reduzir a distância entre o produtor e o consumidor final, além de modernizar as práticas empregadas no trabalho agrícola. No prosseguimento da pauta, o professor José Bacarin, da UNESP, destacou as questões gerais que o estão preocupando a academia, como o retrocesso institucional na área de SAN e a situação social que está se agravando no país, com o aumento de desemprego e da pobreza, o que exige uma intervenção maior na área de segurança alimentar. O professor destacou ainda que no

estado de São Paulo há uma certa indecisão sobre a continuidade do CONSEA e que no Paraná, ao contrário, há um grande esforço para manter e melhorar as políticas de proteção alimentar, apesar das dificuldades. Para findar, o professor Bacarin enalteceu que o convênio pactuado junto ao então MDS proporcionou acompanhar a execução das políticas de SAN nos estados de São Paulo e do Paraná, além de proporcionar um curso de segurança alimentar e nutricional nos municípios paranaenses e paulistas, a segunda edição começou semana passada a época da reunião. O professor destacou ainda que a UNESP continuará realizando o monitoramento das políticas de SAN em ambos os estados. Após as explanações anteriores, os Conselheiros se reuniram nas respectivas câmaras temáticas do CONSEA/Pr para elaborarem documentos para parlamentares em apoio ao Consea Nacional, bem como em apoio a Criação da Frente Parlamentar de SAN. Também foi elaborado documentos sobre a nova composição do Consea Estadual, com recomendações para a Caisan Estadual. De igual forma, foram elaborados documentos específicos para as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional 2019, tais como Regimento; Regulamento; Decretos e Manuais Orientativos. Para encerrar a primeira reunião ordinária do Consea/Pr, a presidente Roseli conduziu a plenária final, abrindo a palavra para o relato das Câmaras Temáticas. No primeiro relato, da câmara temática “Institucionalidade”, o conselheiro Pastor Celio realizou a leitura dos documentos que orientarão o processo de organização e funcionamento das Conferências de SAN 2019, bem como as deliberações atinentes ao processo de composição das Coresan’s e de composição do Consea Estadual. Tais documentos receberam a aprovação unânime da plenária reunida, com a recomendação de organização dos textos finais pela Secretaria Executiva do Consea e, ainda, a devida publicação em DIOE das deliberações ora referendadas pelo coletivo. No segundo relato, da câmara temática “Direito Humano à Alimentação Adequada”, as conselheiras Marilze e Tammy apresentaram os documentos que serão encaminhados aos parlamentares em apoio a manutenção do Consea Nacional e pela criação da Frente Parlamentar de SAN. No relato da terceira e última câmara temática, “SAN nos sistemas de políticas públicas”, o conselheiro Márcio discorreu sobre o documento que será encaminhado ao presidente da Caisan Estadual, secretário Norberto Ortigara, com as devidas recomendações relacionadas ao processo de composição do Consea Estadual pelos representantes governamentais. Por fim, a presidente Roseli encerrou a reunião ordinária agradecendo a presença de todas e todos, enaltecendo que foram dois dias de muitas discussões aprofundadas e de elaboração de documentos importantes para pautar o trabalho dos Conselheiros, bem como o processo de estruturação e funcionamento das Conferências de SAN 2019.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO

Secretário Executivo do CONSEA/PR

Agente Técnico Profissional da SEAB